



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM LUGAR**

Rua Manoel Severo, Centro Administrativo  
C.N.P.J.: 01.611.400/0001-04



Processo:	1101004/2021
Fls.:	356
Rubrica:	

**PARECER JURIDICO CONCLUSIVO**

**REQUERENTE: PREGOEIRO MUNICIPAL**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 1101004/2021**

**MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 002/2021**

EMENTA: PARECER FINAL. PREGÃO ELETRÔNICO 002/2021. CUJO OBJETO É REGISTRO DE PREÇO PARA A EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL DO TIPO GASOLINA, ÓLEO DIESEL COMUM, ÓLEO S10 E ARLA, PARA ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE BOM LUGAR - MA.

**I. RELATÓRIO**

O Pregoeiro Municipal, Sr. Daniel Victo Xavier Leite, solicita a esta Procuradoria-Geral análise e emissão de parecer acerca do procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, tipo menor preço, que tem por objeto o registro de preço para futura e eventual aquisição de materiais e equipamentos de informática, visando atender a demanda deste Município de Bom Lugar/MA.

Concluída a sessão e publicado o resultado do Pregão Eletrônico, o processo foi remetido a esta Procuradoria, para a análise dos aspectos jurídicos e emissão de parecer final, conforme preceitua o art. 38, inciso VI, da Lei nº 8.666/93. Este Parecer, portanto, tem o escopo de assistir a administração municipal no controle interno da legalidade dos atos administrativos praticados no procedimento licitatório.

Antes, porém, é necessário frisar que, em momento anterior, esta assessoria jurídica, em atendimento ao parágrafo único do artigo 38 da Lei nº. 8.666/93, examinou e aprovou as minutas do Edital e Contrato, bem



Processo: 11.10.2021  
Fls.: 357  
Subscrito: [assinatura]

como considerou regular o procedimento administrativo até aquela ocasião, nos exatos termos do parecer prévio constante dos autos.

## II. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

De início, cumpre destacar o caráter estritamente jurídico do presente opinativo, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei 8.666/93, ou seja, a análise cingir-se-á à adequação jurídico-formal do procedimento licitatório em apreço aos ditames da legislação correlata.

Assim, considerações de índole técnica, como a escolha de produtos, serviços, projetos, avaliação de preços, avaliação de quantitativos, justificativa da contratação, bem como quaisquer juízos de conveniência e oportunidade envolvidos na contratação, por consistirem no próprio mérito administrativo, são de inteira e exclusiva responsabilidade do órgão consulente e, mais de perto, dos setores técnicos que lhe prestaram auxílio, não cabendo a este departamento atuar em substituição às suas dought atribuições.

No caso em tela, a análise do presente parecer é restrita aos parâmetros determinados pela Lei nº 8666/93, pela Lei nº 10.520/02, Lei Complementar nº 123/2006, e Decreto Municipal nº. 005/2021.

## III. DA ANÁLISE FÁTICA

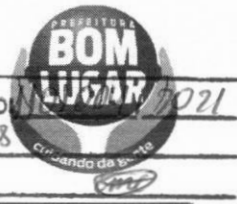
Iniciando-se a análise da fase externa do pregão, a convocação dos interessados se deu por meio de aviso tempestivamente publicado em jornal de circulação regional, diário oficial do estado, quadro de avisos da unidade gestora, no site da Prefeitura Municipal de Bom Lugar, e no portal pelo qual foi processada e julgada a licitação (portal de compras públicas), do qual constou o objeto da licitação, bem como a indicação do local, dia e horários em que foi franqueado o acesso à íntegra do edital.

Os interessados foram convocados com a divulgação do Edital no site da Prefeitura Municipal, bem como no sistema [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), tendo este cumprido seus requisitos, com prazo não inferior a 08 (oito) dias úteis para os interessados prepararem e apresentarem suas propostas.



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM LUGAR

Rua Manoel Severo, Centro Administrativo  
C.N.P.J.: 01.611.400/0001-04



No que atine ao cumprimento do disposto no artigo 4º, inciso V, da Lei nº 10.520/2002, foi respeitado o prazo de 8 (oito) dias úteis, contados a partir do último aviso de publicação do edital até a realização da sessão pública eletrônica para análise julgamento das propostas.

Não houve pedido de impugnação do presente processo.

No dia e hora previamente marcados ocorreu o certame e seus itens foram desertos, pois não foram apresentadas propostas para o processo. Logo, precedeu-se com os trâmites de republicação do Edital que cumpriu com os mesmos ditames legais do anterior.

O certame republicado ocorreu em horário e dia previstos. Houve poucas suspensões do presente processo para intervalos e análises documentais, uma vez que o procedimento contou com a participação de somente uma empresa, tendo sido solicitado documentos em momentos oportunos, via sistema.

Na data de **16 de março de 2021**, a sessão pública fora finalizada pelo Sr. Pregoeiro, sendo obedecidos os procedimentos previstos na Lei nº. 10.520/2002, e Decreto Municipal nº 005/2021, lavrando-se a respectiva ata, constante nos autos.

Não houve empresas inabilitadas no presente certame, bem como não houveram itens fracassados, cancelados ou desertos, tão pouco houve intenções de recurso.

Superada as fases do presente procedimento licitatório o Srº. Pregoeiro declarou como vencedora(s) a(s) empresa(s): ANTONIO JACINTO DE MELO EIRELI, situada na Rua Manoel Severo, nº 375 - Bairro Centro. CEP: 65.704-000. Bom Lugar – MA, inscrita no CNPJ sob o nº 29.203.727/0001-58, com proposta de preços totalizando o valor global de R\$ R\$ 2.702.400,00 (dois milhões e setecentos e dois mil e quatrocentos reais), pois cumpriu todos os requisitos editalícios, ofereceu os melhores preços, conforme valores constantes tanto na ata quanto nas propostas e adjudicação referidas nos autos.

Respeitado o prazo recursal, não houve interposição de recurso por parte do licitante participante do certame licitatório.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM LUGAR**

Rua Manoel Severo, Centro Administrativo  
C.N.P.J.: 01.611.400/0001-04



Processo: 002/2021  
Fls.: 359  
Rubrica: \_\_\_\_\_

Cumprir informar que os itens vencedores foram devidamente adjudicados pelo Sr. Pregoeiro, ao licitante ofertante das melhores propostas, conforme consta na Ata Final do certame licitatório.

Em análise a ata presente aos autos, verifica-se que o procedimento transcorreu normalmente, com participação de uma única empresa licitante, assim como o registro de suas propostas, apresentação de documentos de aceitabilidade de proposta, abertura da fase de disputa de lances, com a declaração de vencedor(es) nos itens licitados, bem como o envio e análise de documentos de habilitação pelo pregoeiro e ainda a concessão de prazo para eventuais recursos.

Tendo em vista ser de obrigação do Pregoeiro, conforme art. 4º, inciso XII e seguintes da Lei nº 10.520/2002 c/c art. 43 do Decreto Municipal nº. 005/2021, conduzir o certame e analisar os documentos encaminhados pelas licitantes, o Pregoeiro procedeu com a análise dos demais documentos apresentados pelas empresas participantes, que constam devidamente rubricadas pelo Pregoeiro e membros da equipe de apoio.

### **III. CONCLUSÃO**

Após análise completa do Pregão Eletrônico nº 002/2021, verifica-se que o procedimento licitatório cumpriu todas as etapas da fase externa previstas no artigo 4º da Lei nº 10.520/2002.

Diante do exposto, não havendo recursos interpostos, não tendo sido constatado qualquer vício, tendo sido adjudicado o objeto aos licitantes vencedores, e ainda, o procedimento licitatório foi realizado na modalidade pregão, na sua forma eletrônica, dando transparência, lisura, legalidade, moralidade e probidade ao processo, poderá a Autoridade competente Homologar o certame com o atendimento de todas as normas editalícias, determinando a contratação do(s) vencedor(es), observados os prazos legais.

Destarte, a presente licitação preenche os requisitos exigidos pela Lei nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 005/2021, Lei Complementar nº. 123/2006, e Lei nº. 8.666/93, bem como suas alterações posteriores, e demais legislações pertinentes, dando condição satisfatória à



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM LUGAR**

Rua Manoel Severo, Centro Administrativo  
C.N.P.J.: 01.611.400/0001-04



Processo: 10004/2021  
Fls.: 360  
Rubrica: [assinatura]

homologação da(s) proposta(s) vencedora(s), isso se conveniente a Administração Municipal.

É como opino, ressalvado o juízo de mérito da Administração e os aspectos técnicos, econômicos e financeiros, que escapam à análise jurídica desta Procuradoria.

Este parecer contém 5 (cinco) laudas, todas rubricadas pelo signatário.

Encaminhem-se os autos ao gabinete do prefeito municipal, para conhecimento e adoção das providências cabíveis. Ressalto que a autoridade administrativa deverá zelar pela correta condução do processo administrativo submetido a exame, sendo de sua inteira responsabilidade a observância às normas legais de regência e às recomendações constantes do opinativo.

É o que nos parece,

S.M.J

Remeta-se ao Pregoeiro Municipal para as providencias que julgar cabíveis.

Bom Lugar – MA, em 19 de março de 2021.

MANOEL SILVA MONTEIRO NETO  
Assessor Jurídico OAB/MA N° 17.700  
PORTARIA 010/2021 - GABINETE